

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Filosofia Bacharelado

Arthur Silva Fachi

DUAS INTERPRETAÇÕES D'O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL

Santa Maria

2023

Arthur Silva Fachi

DUAS INTERPRETAÇÕES D'O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Santa Maria, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fanton

Santa Maria

2023

Resumo

O presente trabalho propõe o desenvolvimento da nova interpretação da obra *O Príncipe*, de Maquiavel, realizada pela filósofa Erica Benner. A obra de Maquiavel tem sido objeto de controvérsias ao longo dos séculos, especialmente devido à percepção de que o autor defende estratégias imorais para manutenção do poder pelos governantes. No entanto, Benner argumenta que essa interpretação simplista não considera a complexidade e a profundidade do pensamento de Maquiavel. Em seu estudo, Benner destaca a influência da filosofia antiga, especialmente a retórica dialética socrática, no pensamento de Maquiavel, enfatizando o uso da ironia como uma técnica retórica para transmitir críticas políticas de forma sutil. Além disso, Benner defende que Maquiavel desenvolveu uma filosofia ética e política voltada para o republicanismo cívico, que enfatiza o autogoverno dos cidadãos como forma de alcançar a liberdade individual. Essa nova interpretação contrasta com a visão tradicional de Maquiavel como defensor do poder absoluto e da tirania. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é demonstrar a existência de técnicas de ironia na obra *O Príncipe* como fonte de uma nova interpretação, proporcionando uma melhor compreensão das proposições de Maquiavel e defendendo o republicanismo cívico como o melhor regime de governo, em oposição à monarquia. Com essa abordagem crítica e reflexiva, busca-se resgatar o aspecto democrático e participativo do pensamento de Maquiavel, oferecendo uma análise mais precisa do legado intelectual do autor.

Palavras Chave: Maquiavel, Ironia, Republicanismo.

INTRODUÇÃO

O Príncipe (2001)¹, de Maquiavel, é uma das obras mais influentes do cânone da história da filosofia política. A interpretação e aplicação de seus ensinamentos têm sido alvo de muitas controvérsias e divergências na literatura ao longo dos séculos. Porém, há um elemento recorrente nas leituras da obra desse autor: sua defesa irrestrita de estratégias e artimanhas para governantes manterem-se no governo. Eis, então, o adjetivo “maquiavélico”, criado em ‘homenagem’ ao autor florentino ou, ainda, a alcunha de ‘professor do mau’, conforme interpretação de Leo Strauss:

Nós não chocaríamos ninguém se afirmássemos que Maquiavel foi um “professor do mau”. Qual outra descrição serviria a um homem que ensina lições como: príncipes devem exterminar as famílias dos governantes de cujos territórios eles desejam possuir com segurança; príncipes devem matar seus oponentes ao invés de confiscar suas propriedades, pois aqueles que foram roubados, não aqueles que estão mortos, podem pensar em vingança; homens esquecem o assassinato dos seus parentes mais rapidamente do que a perda de seu patrimônio; não a virtude, mas o uso prudente da virtude e de vícios leva à felicidade; um general vitorioso, que teme que seu príncipe não o recompense de maneira apropriada, deve puni-lo por sua ingratidão antecipada ao levantar a bandeira da rebelião; se alguém deve escolher entre fazer um mal severo ou pequeno, deve escolher o mal severo; se males devem ser feitos, estes devem ser feitos todos de uma vez, para que sejam sentidos de maneira menor, para machucar menos, enquanto os benefícios devem ser dados aos poucos.
(LEO STRAUSS, 1959, p. 13)

Segundo Erica Benner (2013), essa interpretação comum de *O Príncipe* como um manual de governo para o príncipe significa, basicamente, um manual de como garantir o poder. Essa interpretação é baseada numa leitura literal do texto, que enfatiza os conselhos de Maquiavel para os príncipes. Para Benner, essa interpretação é simplista e não leva em conta a complexidade e a profundidade do pensamento de Maquiavel. Ele não era um defensor da “Razão de Estado” ou da tirania, mas acreditava que os príncipes deveriam governar de acordo com a lei e com o bem-estar de seus súditos. No entanto, ele também acreditava que o mundo real é um lugar perigoso e competitivo e que os príncipes precisam estar preparados para tomar medidas duras para proteger seu estado.

Diante disso, a proposta de uma releitura crítica, como a desenvolvida pela filósofa Erica Benner, oferece uma tentativa de compreensão mais rica e precisa do legado intelectual

¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2001.

de Maquiavel. Essa releitura se sustenta em dois pontos principais. Em primeiro lugar, Benner busca mostrar a influência da filosofia antiga, especialmente a retórica dialética socrática, no pensamento de Maquiavel. A retórica dialética socrática aqui é baseada na ideia de que a verdade pode ser alcançada através do diálogo e do questionamento, ou seja, sendo a arte de falar ou escrever em busca da verdade através do diálogo, do confronto de ideias e do questionamento, sendo assim possível identificar as falhas no raciocínio do interlocutor e, se possível, chegar a uma compreensão mais profunda da verdade. Sócrates fazia uso de duas técnicas principais em sua busca pela verdade, a ironia e a maiêutica. Ele utilizava a ironia fazendo perguntas que levam o interlocutor a perceber a inconsistência de suas próprias crenças, quanto a maiêutica, por sua vez, consiste em ajudar o interlocutor a dar à luz novas ideias, através de perguntas e estímulos.

Ao analisar o uso da ironia em *O Príncipe*, Benner sustenta que Maquiavel utiliza essa técnica retórica para transmitir ideias complexas e críticas à política de seu tempo de forma sutil e perspicaz. Essa abordagem, segundo Benner, revela um Maquiavel mais sofisticado e intelectualmente mais rigoroso do que muitas interpretações tradicionais sugerem. Em segundo lugar, Benner argumenta que Maquiavel desenvolveu uma filosofia ética e política voltada para a defesa de um republicanismo cívico. Isto é, uma teoria política que defende que a liberdade individual só pode ser alcançada através do autogoverno dos cidadãos. Para os republicanos cívicos, a liberdade não é apenas a ausência de interferência externa, mas também a capacidade de participar da vida pública e de influenciar o curso da sociedade. Essa nova interpretação contrasta com as leituras mais comuns que veem Maquiavel como um defensor do poder absoluto e da tirania. Ao destacar a dimensão republicana do pensamento de Maquiavel, Benner trás para a reflexão novas ponderações que podem resgatar o aspecto democrático e participativo do republicanismo na obra *O Príncipe* de Maquiavel. E por fim, Maquiavel acredita que a fortuna é um fator importante na política, sem dúvidas, mas que a *virtù* é ainda mais importante.

No primeiro capítulo, irei mostrar como o período dos quatrocentos moldou a literatura de Maquiavel e sua postura frente à sua obra disruptiva, tendo Quentin Skinner como guia do período em todo o capítulo. Além disso, ao retomar a interpretação tradicional de *O Príncipe*, podemos observar como a rejeição das virtudes cristãs permitiu que a obra fosse interpretada como um apoio à tirania. A forma única de escrita e a abordagem não convencional de Maquiavel, em contraste com os tradicionais "romances-espelho", conferem à obra autenticidade e um lugar importante no cânone da Filosofia Ocidental. Por fim, Maquiavel propõe, na visão de Skinner, uma "flexibilidade moral" frente às virtudes cristãs,

aconselhando aos príncipes a aproximarem-se de atitudes virtuosas, por serem positivas, e afastarem-se, sempre que possível, da fortuna, por ser negativa, mas sempre ponderando os devidos momentos de utilizar cada uma das duas.

No segundo capítulo, irei trazer a novidade da leitura de Benner, apresentando como a autora propõe uma nova interpretação de *O Príncipe*. Levando em conta o uso de ironia e da dissimulação e a defesa do republicanismo cívico, Benner revela um Maquiavel mais perspicaz e sensato, afastando-o da imagem de um “professor mau”. Benner identifica o uso do que chama de “palavras codificadas”, que tinham por objetivo esconder suas reais intenções com suas proposições, como o de um enaltecimento da virtude frente à fortuna, bem como a ponderação de flexibilidade moral para ter bom equilíbrio frente à lei e força. Como consequência, Benner visa demonstrar como a virtude e termos associados referem-se à ideias positivas e a fortuna e termos associados à ideias negativas. O republicanismo é consequência direta deste novo Maquiavel, pois o argumento em prol de um regime de governo que defende que a liberdade individual só pode ser alcançada através do autogoverno dos cidadãos é o que pondera na sugestão inovadora de Benner. A autora, por fim, defende que se trata de uma obra-prima irônica com um objetivo moral, onde o uso de técnicas irônicas é o que ela considera de mais importante na obra de Maquiavel, sendo um uso normativamente codificado da linguagem.

Tenho dois objetivos centrais com este TCC. O primeiro é defender a existência de técnicas de ironia na obra de *O Príncipe* como uma grande fonte de uma nova interpretação do livro, e também, uma melhora da compreensão da obra, pois com as novidades aqui apresentadas podemos refletir com maior capacidade frente às proposições de Maquiavel. O segundo objetivo, por consequência direta, é a defesa do Republicanismo Cívico por parte de Maquiavel como o melhor governo a se alcançar, sendo o autogoverno dos cidadãos, e não a monarquia, pois com a nova interpretação podemos observar que Maquiavel não estava de fato defendendo a monarquia e seus monarcas, mas sim transcrevendo suas reais intenções com o republicanismo cívico.

Na conclusão, concluo dizendo que nesta jornada de exploração das ideias de Nicolau Maquiavel em sua obra *O Príncipe*, percorremos conceitos fundamentais como *virtù*, flexibilidade moral, a relação entre leis e armas, e a importância de equilibrar o uso da força e da lei na política. Ao refletir sobre esses temas, percebemos que as reflexões de Maquiavel têm uma relevância duradoura na política contemporânea. Suas ideias desafiam-nos a examinar a complexidade da natureza humana e a buscar um equilíbrio entre o exercício do poder e a responsabilidade moral.

CAPÍTULO 1 - A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL DO PRÍNCIPE: A REJEIÇÃO DO HUMANISMO RENASCENTISTA

1.1- EDUCAÇÃO HUMANISTA NA RENASCENÇA: ROMANCES-ESPELHO

O gênero literário dos romances-espelho, ou *specula principum*, foi bastante popular na Europa durante a Idade Média e o Renascimento (XIV - XVI), como uma corrente antiga que contextualizou o período de forma estrutural através de obras como os chamados espelhos romancistas. Romances espelhos eram obras redigidas com o objetivo de orientar membros da mais alta monarquia em suas condutas com o poder e com o povo, de forma a se aproximarem das lições idealizadoras descritas nas obras em suas realidades². Os romances-espelho renascentistas eram baseados na tradição da literatura espelhada, que remonta à Antiguidade e era caracterizada pelo uso de histórias e exemplos para ensinar valores morais e éticos. Os romances-espelho renascentistas eram escritos por uma variedade de autores, incluindo filósofos, teólogos e políticos. Alguns dos mais famosos da época incluem *O Príncipe*, de Maquiavel (2001), “O Príncipe”, de Tomaso Campanella (2013) e “O Rei”, de Jean Bodin (2019). Nesse sentido, Maquiavel não era o único, porém, conseguiu se destacar fortemente dos demais autores, e os motivos para tais diferenças serão fortemente abordadas no segundo capítulo do presente trabalho, mas ao que posso adiantar, Maquiavel tem uma originalidade não vista até então em seu tempo. Os romances espelho foram muito populares no período do Renascimento, e também, escritos e publicados de acordo com as orientações e normas da Igreja Católica, porém, mesmo as obras sendo populares no período, Quentin Skinner em *Fundações do Pensamento Político Moderno* (1999) nos mostra com clareza que a continuidade dos romances-espelho nada tinha de inovador na Renascença pois se tratavam de obras muito mais antigas:

Embora a teoria política da Renascença tardia nos mostra uma mudança assim radical de enfoque, seria um equívoco concluir que os livros de aconselhamento dirigidos a príncipes - que tão bem a representam - nada devessem ao pensamento político humanista da

² Em resumo: Os romances-espelho eram uma forma importante de transmitir ideias sobre política, moral e comportamento social durante o Renascimento. Eles continuaram a ser populares até o século XVII. Os romances-espelho eram frequentemente escritos em uma linguagem altamente formal e retórica. Eles geralmente apresentavam personagens idealizados que eram modelos de virtude e sabedoria. Os romances-espelho também eram frequentemente moralizantes, ensinando lições sobre como viver uma vida boa e virtuosa. Os romances-espelho tiveram um impacto significativo na literatura e na cultura do Renascimento. Eles ajudaram a moldar as ideias sobre política, moral e comportamento social durante este período.

época anterior. Nada havia de muito novo na ideia de oferecer conselhos práticos aos dirigentes políticos, explicando-lhes como conduzir a coisa pública. Séculos antes, já era esse o objetivo da tradição de livros de aconselhamento apresentados aos podestà e aos magistrados urbanos, e essa tradição, por sua vez, se enraizava na idéia ainda mais antiga de se estender um “espelho” aos príncipes, oferecendo-lhes dessa forma uma imagem ideal e pedindo-lhes que nela procurassem divisar o seu reflexo. E tampouco havia nada de novo nas idéias subjacentes ao aconselhamento que os humanistas da Renascença tardia propunham aos príncipes seus contemporâneos. Quando nos dispomos a estudar suas obras, o primeiro ponto que sentimos merecer destaque é a larga medida em que eles continuaram a buscar inspiração nas atitudes e valores definidos pelos humanistas “cívicos” de começo do século xv.”

(SKINNER, 1999, p. 139)

Desde sua origem, no século XV, conforme elucida Skinner, esses textos eram destinados a oferecer conselhos aos príncipes sobre como governar de forma eficaz e virtuosa, eram escritos na forma de histórias, parábolas ou exemplos, e geralmente apresentavam um príncipe ideal que exemplifica as virtudes necessárias para um bom governante. Dentro deste escopo de virtudes existem quatro virtudes cardeais e quatro virtudes principescas. As virtudes cardeais são as virtudes morais tradicionais, ou seja, virtudes católicas, enquanto as virtudes principescas são as virtudes específicas que um príncipe deve possuir para governar com sucesso. Skinner nos ajuda a distinguir as virtudes principescas e as virtudes cardeais.

As virtudes principescas são a habilidade militar, a habilidade política, a habilidade de falar em público e a habilidade de fazer amigos e aliados. A habilidade militar é essencial para que um príncipe possa defender seu Estado de seus inimigos. A habilidade política é essencial para que um príncipe possa governar seu Estado com eficácia. A habilidade de falar em público é essencial para que um príncipe possa comunicar suas ideias e inspirar confiança em seu povo. A habilidade de fazer amigos e aliados é essencial para que um príncipe possa construir uma rede de apoio para si mesmo. Maquiavel argumenta que, para governar com sucesso, um príncipe deve possuir as virtudes cardeais, mas que ele também deve ser capaz de adaptar essas virtudes às circunstâncias específicas de seu governo.

No caso das virtudes cardeais, são elas: a Justiça, considerada tão necessária e conveniente para quem governa a coisa pública que, sem ela, nenhuma outra virtude merece ser elogiada. A Fortaleza, qualidade mais complexa, que afirma incluir tanto a resistência à dor quanto a nobre e bela virtude chamada paciência. A Temperança, tratada como “companheira” de várias outras virtudes, inclusive a moderação e a sobriedade. A Sabedoria ou com um nome mais elegante “sapiência”, considerando-a particularmente importante em

todo aquele que governe uma República justa ou perfeita, sendo uma qualidade mais eficaz do que a própria força ou potência. Tais virtudes só seriam adequadamente alcançadas se aliadas à educação. Por isso, os romances-espelho enfatizavam a importância da educação e da cultura para os príncipes no período. Eles argumentavam, por exemplo, que os príncipes deveriam ser versados em temas como história, filosofia e teologia, pois isso lhes permitiria tomar decisões mais sábias e governar de forma mais justa e estarem mais capacitados para alcançar as virtudes:

O primeiro passo fundamental que os humanistas deram consistiu em desenvolver e explicitar a série de pressuposições do conceito ciceroniano de virtus: primeira, que realmente está ao alcance dos homens atingir o mais alto nível de excelência; segunda, que uma educação adequada constitui condição essencial para se alcançar esse objetivo; e, finalmente, que o conteúdo de tal educação deve concentrar-se num estudo interligado da filosofia antiga e da retórica. Assumindo esses critérios, é claro que os humanistas haveriam de conferir um valor francamente positivo aos estudos retóricos a que se dedicavam. Agora lhes soava incontestável que a retórica e a filosofia deviam ser consideradas as principais disciplinas culturais. (SKINNER, 1999, p. 109)

A ênfase na educação e na cultura para os príncipes refletia a crença de que os governantes deveriam ser modelos de virtude. Os romances-espelho ajudaram a estabelecer a ideia de que os governantes devem ser educados para que possam governar da melhor forma possível, ou seja, serem eficazes em seu governo. A educação humanista, na Renascença, tinha por objetivo desenvolver o *vir virtutis* (o homem verdadeiramente viril), uma força social criativa, capaz de moldar e controlar o mundo social dominado pela fortuna. Os Humanistas dos anos quatrocentos, conforme Skinner nos elucida, consideram que “(...) seu herói era ainda o *vir virtutis*, e eles continuavam insistindo em que a ambição mais adequada a uma personalidade heróica consistia em almejar o mais elevado grau de honra, glória e fama. Os humanistas dessa época até acentuaram a ênfase depositada nessas convicções já tradicionais, uma vez que costumavam considerar o príncipe alguém capaz de atingir uma virtus quase insuperável” (SKINNER, 1999, p. 139)

O homem virtuoso era definido com o seguinte conjunto de características: i. As quatro virtudes cardeais da sabedoria, justiça, coragem e temperança; ii. Honestidade, ou seja, a tendência a cumprir promessas e honrar com os outros; iii. Magnanimidade e liberalidade; iv. A visão de que a bondade é sempre racional. Assim, as características necessárias descritas para um homem seja considerado virtuoso nos leva diretamente às reflexões de Maquiavel sobre *Virtú* e Fortuna e suas considerações, pois ao apresentar a contextualização

em que Maquiavel estava inserido nos leva diretamente às suas proposições dos conceitos que caracterizavam o período.

1.2 - *VIRTÙ* E FORTUNA

A visão tradicional de *virtù* e fortuna em Maquiavel é a de que a *virtù* é a principal qualidade necessária para o sucesso na política. A *virtù* é uma virtude moral, que inclui qualidades como a coragem, a sabedoria, a justiça e a prudência. A fortuna, por outro lado, é um elemento aleatório e imprevisível. Ela pode ser representada por circunstâncias externas, como a guerra, a fome ou a peste. Na visão tradicional, a *virtù* é necessária para superar a fortuna. O príncipe virtuoso terá mais chances de sucesso, mesmo que enfrente adversidades. Maquiavel concorda que a *virtù* é importante para o sucesso na política. No entanto, ele argumenta que a fortuna também desempenha um papel importante.

Outro ponto no qual Maquiavel contesta as teses que prevaleciam entre os autores de espelhos para príncipes refere-se ao papel da virtú na vida política. Como já vimos, duas idéias centrais quanto à virtú emergiam da tradição humanista de pensamento moral e político: primeira, que a virtú é a qualidade que capacita um príncipe a realizar seus mais nobres fins; segunda, que se pode identificar a posse da virtú com a posse do conjunto das principais virtudes. [...] Concorda que as metas adequadas para um príncipe consistem em honra, glória e fama. Mas repele, com a maior veemência, a convicção reinante de que o meio mais seguro de realizar esses fins consistirá sempre em agir de modo convencionalmente virtuoso.
(SKINNER, 1999, p. 151-152)

Maquiavel afirma que a fortuna pode ser tanto uma aliada quanto uma inimiga do príncipe, uma vez que é imprevisível. Um príncipe virtuoso pode ser derrotado pela fortuna, se ela estiver contra ele. É impossível saber com certeza o que a fortuna reservará. Por isso, o príncipe deve ser flexível e adaptável. Ele deve estar preparado para mudar de curso, se necessário, sendo capaz de usar a fortuna a seu favor. Ele deve ser capaz de identificar as oportunidades que a fortuna oferece e explorá-las. Skinner cita uma passagem específica escrita pelo próprio Maquiavel, no qual deixa claro a necessidade da utilidade e da honestidade: “O secretário florentino insiste em que a conduta do príncipe deve ser tanto *onesta* quanto *utile*, e por isso mesmo pretende que todos os príncipes tomem como modelo

“alguma figura histórica que tenha recebido louvor e honra”, mantendo sem cessar em mente “os seus feitos e atos” (SKINNER, 1999, p. 90 *apud* Maquiavel).” A visão tradicional de virtù e fortuna em Maquiavel é a de reconhecer que a política é um jogo complexo.

Um príncipe virtuoso terá mais chances de superar as adversidades e alcançar seus objetivos. Maquiavel afirma que o príncipe deve ser forte e corajoso, como um leão, e astuto e prudente, como uma raposa: “Visto que um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que fizerem simplesmente a parte do leão não serão bem-sucedidos.” (MAQUIAVEL, 2001, p. 84). Essa frase reflete a visão de que a virtù inclui qualidades tanto morais quanto pragmáticas, podemos perceber a necessidade do príncipe ser capaz de adaptar-se às circunstâncias. Essa frase reflete a visão tradicional de que a fortuna é imprevisível e que o príncipe deve ser capaz de mudar de curso, se necessário. Maquiavel ainda afirma que o príncipe deve ser capaz de usar a fortuna a seu favor, ou ainda, o príncipe deve ser capaz de identificar as oportunidades que a fortuna oferece e explorá-las. Nessa passagem, Maquiavel exemplifica a capacidade de usar a fortuna a seu favor:

Era necessário, portanto, que Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e que este se dispusesse a segui-lo. Era preciso que Rômulo não se contentasse com Alba e tivesse sido abandonado ao nascer, para que se tornasse rei de Roma e fundador daquela pátria. Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos medas e estes debilitados e afeminados pela longa paz. Não poderia Teseu demonstrar sua virtù se não tivesse encontrado os atenienses dispersos. Essas ocasiões, portanto, tomaram aqueles homens afortunados; enquanto sua excelente virtù fez com que reconhecessem a ocasião. Com isso, trouxeram honra e felicidade a suas pátrias.(MAQUIAVEL, 2001, p. 24)

Maquiavel afirma que a fortuna, ou as circunstâncias, desempenham um papel fundamental na história. Sem a fortuna, os grandes homens não teriam a oportunidade de demonstrar sua virtude. No entanto, a fortuna não é o único fator determinante do “sucesso”, pois a virtude, ou as qualidades morais e intelectuais de uma pessoa, também são essenciais. Maquiavel usa como exemplos Moisés, Rômulo, Ciro e Teseu, todos considerados grandes líderes históricos. Ele argumenta que esses homens foram afortunados por encontrarem circunstâncias propícias para seu sucesso, porém, também foram virtuosos, pois souberam reconhecer e aproveitar essas oportunidades.

Benner (2013), por outro lado, pondera sobre a forma como Maquiavel discorre sobre as virtudes e a fortuna com sua lista não exaustiva das “palavras codificadas”, onde tais palavras sinalizam consistentemente a dependência da fortuna, outras a dependência da virtú. As palavras ligadas à virtú transmitem elogios, mesmo quando soam discretas ou indiscretas. As palavras ligadas à fortuna transmitem críticas, mesmo quando soam entusiasmadas ou impressionantes. Nessas palavras codificadas, iremos ter a defesa do objetivo central do presente trabalho, a saber, seguindo o argumento de Benner, de que Maquiavel utiliza de ironia e de ambiguidade ao trabalhar com as noções de virtudes e a fortuna enquanto codificadas valorativamente, bem como utiliza associada a elas um conjunto de palavras codificadas para esse fim, gerando uma dupla interpretação de sua obra. Irei abordar com esta lista no capítulo dois do presente trabalho.

O livro de Maquiavel é, de várias maneiras, diferente dos outros romances-espelho de seu tempo. Suas contribuições podem ser vistas como inovadoras para o cânone filosófico, como a ruptura das virtudes cristãs e, ao mesmo tempo, das virtudes humanistas do Renascimento Italiano. As novas formas de pensar e refletir sobre o Estado, a Política e a Ética, são alguns dos elementos que elencam Maquiavel ao patamar do cânone da história da Filosofia. Porém, também pode ser vista como uma obra dúbia em alguns pontos. Skinner (1999) considera a obra de Maquiavel *sui generis*, ou seja, uma obra que não pode ser classificada em nenhum gênero:

Até aqui, no exame do Príncipe de Maquiavel, concentramo-nos em analisar em que medida se pode dizer que essa obra encarna os valores e preocupações que caracterizavam, num plano mais amplo, o gênero literário dos espelhos dos príncipes. Pareceu-nos absolutamente necessário principiar por essa perspectiva. Ela nos permitiu, em primeiro lugar, reconhecer um equívoco que ocorre com bastante frequência no tocante à relação entre O príncipe e a literatura política mais convencional da mesma época. Assim, muitas vezes se afirma que o livro de Maquiavel é inteiramente *sui generis*, que “não pode ser classificado em nenhuma categoria”, e até mesmo que “ignora por completo os conceitos e categorias” nos termos dos quais os outros teóricos políticos de sua geração costumam exprimir-se. (SKINNER, 1999, p. 149)

O secretário florentino escreve sua obra de forma mais pragmática em sua abordagem da política do que os demais romances-espelho da época, bem como ele não se baseia na moralidade cristã tradicional para fundamentar seus “conselhos”, ou melhor, ironias transcritas como conselhos conforme abordarei com profundidade no segundo capítulo do presente trabalho. Podemos observar um distanciamento de Maquiavel para as demais obras de seu tempo, ao mesmo tempo em que se utiliza da estética e métodos de várias partes destas

obras tradicionais para propor suas discussões, o que mostra como era extremamente versado na arte da escrita, um autor que sabia se adaptar às circunstâncias de seu tempo. Maquiavel, então, é mais aberto a discutir a possibilidade de que os príncipes usem meios não-éticos para alcançar seus objetivos.

1.3 - MAQUIAVEL E A RENÚNCIA DAS VIRTUDES CRISTÃS

Maquiavel critica os romances-espelho tradicionais, que ele considera ingênuos, de certa forma até idealistas com pressupostos apenas em virtudes humanistas. Os romances-espelho tradicionais eram geralmente escritos por clérigos ou outros intelectuais religiosos, que se baseavam na ideia de que o príncipe deveria governar de acordo com as leis de Deus e a moral cristã. Os conselhos mais comuns encontrados nesses textos incluíam: ser misericordioso e compassivo, defender os pobres e oprimidos, combater a injustiça e a corrupção, proteger a Igreja, valores cristãos tradicionais e vigentes até antes do Renascimento como hegemônicos. Porém, para Maquiavel, há um aspecto importante na manutenção do poder e do príncipe em sua regência, como o bom uso da violência, aqui entendida como violência militar e coercitiva, ou “força bruta” na política. Conforme resume Skinner:

Em dois momentos, no *Príncipe*, vemos Maquiavel claramente preocupado em desferir um ataque às teorias políticas de seus contemporâneos. Primeiro, ele as denunciou por não conseguirem enfatizar a importância da força bruta na vida política. Como já vimos, de modo geral se pressupõe que, se o príncipe se empenhar de coração numa vida virtuosa, estará capacitado a alcançar essas metas supremas que são a honra, a glória e a fama. Maquiavel considera, porém, que essa é uma perspectiva ingênua, pela qual se esquece em que medida a manutenção de um governo bem-sucedido depende de uma disposição inabalável a suprir as artes da persuasão mediante o recurso à força militar efetiva. É esse aspecto do principado - que a maior parte de seus contemporâneos ignorou de forma tão convictamente civilizada - que Maquiavel recupera nas páginas do *Príncipe*, com a ênfase que se conhece e os efeitos polêmicos que se sabem, insistindo na necessidade (como tão bem sintetizou Wolin) de **“uma economia da violência”** (cf. Wolin, 1961, pp. 220-4).(SKINNER, 1999, p. 150)

Nessa perspectiva, o secretário florentino argumenta e propõe um modelo político voltado para o realismo, que pode ser entendido como ações políticas pautadas pelo resultado

que trazem, ou seja, ações diretas para resultados diretos. Com isso, os Príncipes devem estar dispostos a usar qualquer meio necessário para manter o poder uma vez conquistado. Outra diferença da obra de Maquiavel é sua abordagem sobre a religião, pois os romances-espelho tradicionais enfatizavam a importância da religião para o governo, argumentando que os príncipes deveriam defender a Igreja e promover a fé cristã. Maquiavel é mais ambíguo em relação à religião, ele reconhece o seu poder, mas argumenta que os príncipes não devem ser controlados por ela, mas sim serem maleáveis com o seu uso:

A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas, ou todas as *virtus*, mas é indispensável parecer tê-las. Aliás, ousarei dizer que, se as tiver e utilizar sempre, serão danosas, enquanto, se parecer tê-las, serão úteis. Assim, deves parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso - e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário. É preciso entender que um príncipe, sobretudo um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, sendo-lhe frequentemente necessário, para manter o poder, agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e **contra a religião**. Precisa, portanto, ter o espírito preparado para voltar para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas e, como disse acima, não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário.(MAQUIAVEL, 2001, p. 84, grifo nosso)

Portanto, fica claro a defesa de Maquiavel frente às necessidades de adaptação e maleabilidades morais que um Príncipe deve fazer para manter seu poder. Podemos assim perceber que Maquiavel propõe uma espécie de nova moralidade com suas inferências e ponderações frente às atitudes que um Príncipe deve ter se quiser manter o poder e ter um governo bem conduzido. O próximo tópico discute essa nova moralidade proposta por Maquiavel.

1.4 - VIRTUDE REVISITADA: UMA NOVA MORALIDADE

Maquiavel propôs uma nova moralidade que rompe com a moralidade tradicional. Essa ruptura é importante para compreendermos a originalidade de sua teoria política. Skinner (1999), em suas reflexões, nos ajuda a corroborar tal afirmativa, quando aponta que “Maquiavel rejeita a tradição humanista ao instituir uma nova visão de moralidade”, e elenca

três pontos centrais desta originalidade, a saber: O Príncipe (i) não se baseia na moralidade convencional, ou seja, a moralidade cristã humanista; (ii) é ditado pela necessidade e pela ocasião, a necessidade da flexibilidade moral em outras palavras; e (iii) reconhece as forças das circunstâncias para o sucesso de governança (SKINNER, 1999, p. 152). Skinner avança e nos demonstra que a *Virtù* entendida por Maquiavel tem uma distância considerável das *Virtùs* cristãs tradicionais, assim enaltece que “*virtù* significa flexibilidade moral” e finaliza tal colocação impactante dizendo que há “uma ruptura direta com a tradição humanista de seu tempo, sendo então proposições antagônicas e incompatíveis, havendo um nítido contraste entre as duas dimensões normativas, que são antagônicas e incompatíveis em última análise.” (SKINNER, 1999, p.158-9)

A originalidade de Maquiavel então começa a ser esmiuçada como exemplificamos acima, e podemos notar que, mesmo com muitas das propostas de Maquiavel vindo de fontes já existentes na época, as colocações de demais autores daquele tempo são distantes das propostas de nosso secretário florentino, tendo em vista que a ênfase à força física militar para manutenção do governo, sem escrúpulos se necessário, estando com grande disposição à flexibilidade moral são opostas as virtudes cristãs tradicionais:

Seria um equívoco considerar que Maquiavel tenha sido o primeiro a introduzir essa ideia no campo do pensamento político humanista. Isso porque a disposição a lutar pela pátria, a presteza a usar da violência por sua causa, sempre foi tida, pelos primeiros humanistas “cívicos”, como um elemento indispensável da *virtùs* do autêntico cidadão. E tampouco seria correto atribuir a Maquiavel o primado na introdução das teses sobre o caráter inescapável da força na atmosfera, mais etérea, da literatura dos espelhos dos príncipes. [...] Não há dúvida, porém, de que Maquiavel confere excepcional importância ao papel que a força bruta desempenha na direção dos negócios de governo. Dedicou três capítulos centrais do Príncipe à análise dos assuntos militares, alegando que “os principais fundamentos de todo estado”* consistem em “boas leis e boas armas” (p. 77). Começa com a enérgica afirmação de que, “havendo boas armas, inevitavelmente haverá boas leis” (p. 77). (SKINNER, 1999, p. 151)

A ênfase que Maquiavel propõe ao uso da força policial não havia sido vista até então em seu tempo, bem como a flexibilidade moral que é proposta em seus textos, como forma de característica que um Príncipe deve ter se quiser manter-se equilibrado em seu governo. Essas são duas de suas proposições que deixam claro sua distância dos demais escritores romancistas-espelho de seu tempo, bem como a sua forma de escrita um tanto peculiar:

Embora seja fácil identificar que posição Maquiavel ataca nessa etapa estratégica de sua argumentação, a natureza exata do que entende defender padece de alguma obscuridade, por amor do paradoxo. Por vezes Maquiavel parece afirmar que, se os príncipes têm a obrigação de pautar seus atos pela virtude, devem contudo dar-se conta de que, para agir o mais virtuosamente possível, terão de desistir da pretensão de agir, sempre, virtuosamente. Ou seja, por vezes ele parece dar indícios de uma **ironia** que com frequência vemos enfatizada pelos moralistas da Renascença: a **ironia** (na fórmula de Hamlet) de que muitas vezes se torna necessário “ser cruel apenas para ser bondoso”. A primeira vez que Maquiavel adota essa linha de reflexão é quando discute a virtude da liberalidade. (SKINNER, 1999, p. 152)

A ironia a que Skinner está se referenciando tem um sentido diferente do sentido do que há na obra de Benner, pois nessa citação podemos perceber que a ironia que Skinner está discorrendo refere-se à flexibilidade moral para cumprir determinados objetivos, já na leitura de Benner não há essa ligação. A ironia de Maquiavel e sua originalidade podem ser aproximadas, pois em um aprofundamento em sua obra podemos perceber que suas proposições mais enfáticas ao uso da força policial e uma alta dose de flexibilidade moral são os pontos interessantes e provocativos que Benner discorre no segundo capítulo para apresentar suas proposições e reflexões com detalhes. Maquiavel, então, era secretário da Segunda Chancelaria da República Florentina e, como tal, era responsável por assuntos diplomáticos, militares e administrativos, como também era um conselheiro próximo do líder florentino Lorenzo de Médici. Essa breve descrição de sua função e ocupação ajudam a elucidar o fato da necessidade de Maquiavel ser flexível em suas obras, bem como explicitar por que parece defender posições que podem soar contraditórias na medida em que em determinados momentos e episódios de sua vida, como no contexto da obra *O Príncipe*, precisaria estar de acordo com alguma proposição de um superior. Mais tarde, em suas outras obras, viria a relatar com clareza suas reais intenções. Esses pontos serão abordados com maior ênfase e atenção no segundo capítulo do vigente trabalho, com a abordagem da Erica Benner.

Ao nos encaminharmos para o fim do primeiro capítulo deste trabalho, irei esmiuçar em maiores detalhes a tensão que Maquiavel tem com o humanismo e com o pragmatismo, pois tal tensão nos reserva pontos de interesse para o presente trabalho (que serão fortemente abordadas no capítulo 2), como a legitimidade da República. Dos dois pontos são centrais a esse trabalho, um deles está reservado a apresentar o claro uso da ironia de Maquiavel em seus textos e como tais ironias podem desenrolar diversas questões. O segundo ponto é

acompanhar a defesa de Erica Benner frente a um Maquiavel disposto à República e interseções públicas no poder de estado, e não com a direção apenas voltada para as tratativas de um príncipe em sua monarquia. Assim, podemos notar o começo do flerte de Maquiavel com a ideia de uma república, e quem nos elucida novamente para tais pontos é Skinner (1999):

Maquiavel, em particular, prefere manter em tensão duas teorias opostas sobre os méritos, respectivamente, do regime popular e do monárquico. Por um lado, ele enfatiza, tanto no Príncipe quanto mais tarde nos discursos, que nas condições de uma corrupção política já acentuada será preciso numa República tanto quanto num principado -- recorrer ao poder forte de um único homem, a fim de restaurar no Estado a *Virtù* que se perdeu. Mas, por outro lado, no Príncipe dá a entender, e posteriormente afirma com todas as letras nos Discursos, que sua preferência pessoal sempre estará voltada para a liberdade política e, por conseguinte, para a forma **republicana de governo**. A argumentação mais corrente, porém, rezava que nenhum indivíduo que se preocupasse genuinamente com os valores da paz e da segurança poderia manter a opção - que lhe vinha da tradição - pela liberdade republicana. (SKINNER, 1999, p. 145, grifo nosso)

Por um lado, Maquiavel argumenta que, nas condições de uma corrupção política já acentuada, pode ser necessário recorrer ao poder forte de um único homem, seja em uma república ou em um principado. Essa medida é necessária para restaurar a *virtù*, que é a virtude cívica necessária para a manutenção da liberdade, por outro lado, Maquiavel também afirma que sua preferência pessoal é pela liberdade política e, por conseguinte, pela forma republicana de governo. Ele acredita que a república é a forma de governo mais estável e duradoura, pois é baseada na participação popular. Skinner afirma que essa tensão na obra de Maquiavel reflete a própria tensão do contexto histórico em que ele viveu, pois na Itália do século XVI, a monarquia era a forma de governo dominante, no entanto, havia um forte movimento republicano, que defendia a liberdade política. A argumentação mais corrente na época era que a liberdade republicana era incompatível com a paz e a segurança, os republicanos eram acusados de serem idealistas e de não levarem em consideração as realidades políticas. Maquiavel desafia essa argumentação, ele afirma que a república pode ser tão estável e segura quanto a monarquia, se for bem governada, para isso, é necessário que os cidadãos sejam virtuosos e que o governo seja baseado na lei.

A citação de Skinner é importante para compreendermos a posição de Maquiavel sobre as formas de governo. Ela nos mostra que Maquiavel era um realista que acreditava que a política deve ser baseada na realidade. Ele não acreditava em utopias e defendia a forma de

governo que fosse mais adequada às circunstâncias específicas. A tensão entre as duas teorias opostas na obra de Maquiavel é uma marca de sua originalidade. Ela nos mostra que Maquiavel não era um pensador dogmático e que estava disposto a questionar as ideias tradicionais. Benner nos ajuda a encerrar o presente capítulo com uma passagem que aborda com bastante lucidez que a flexibilidade moral de Maquiavel é uma consequência complexa do mundo da política. Ele já havia percebido com bastante perspicácia a necessidade da flexibilidade moral:

Cinco séculos mais tarde, muitos leitores poderão pensar que estas disputas iniciais sobre a moralidade ou imoralidade do Príncipe e a sua posição em relação à tirania não conseguiram perceber a mensagem mais profunda do livro: que as distinções tradicionais entre moral e imoral, tirania e liberdade não nos podem ajudar a abordar todas as questões complexas que surgem na vida política. Nesta perspectiva, agora generalizada, O Príncipe ensina-nos - talvez de forma bastante razoável - que os detentores do poder não têm outra opção senão relaxar os seus padrões morais se quiserem manter-se seguros e garantir os interesses dos seus partidos ou países no mundo real. (BENNER , 2013, p. xxii)

Segundo Benner, essas distinções tradicionais entre moralidade e imoralidade, tirania e liberdade, não são úteis para abordar todas as questões complexas que surgem na vida política. Na vida real, as situações são frequentemente ambíguas e os líderes políticos precisam fazer escolhas difíceis que não podem ser facilmente julgadas a partir de uma perspectiva moral. Nesta perspectiva, *O Príncipe* ensina-nos que os detentores do poder não têm outra opção senão relaxar os seus padrões morais se quiserem manter-se seguros e garantir os interesses dos seus partidos ou países. Nesse sentido, Benner consegue demonstrar com clareza que as consequências das reflexões de Maquiavel são palpáveis, necessárias e podem ter uma consequência direta na contemporaneidade. No segundo capítulo do presente trabalho, irei trabalhar em detalhes a contribuição de Érica Benner, bem como a sua capacidade de enriquecer a interpretação do *O Príncipe* de Maquiavel e ajudar a tornar mais claro que Maquiavel não era um “professor mau”, como abordado e mencionado previamente.

2º CAPÍTULO - UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DO PRÍNCIPE: IRONIA E REPUBLICANISMO

2.1 - IRONIA E DISSIMULAÇÃO EM MAQUIAVEL

A ironia presente na obra *O Príncipe* de Maquiavel é uma marca interessante de reflexão e desenvolvimento literário, pois é um aspecto um tanto complexo de ser abordado e trabalhado. Ironia é uma figura retórica por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender, e com isso, torna-se um trabalho extenso e difícil de apontar e reconhecer cada figura irônica em um texto de filosofia. Benner (2013) desenvolve uma metodologia para identificar o uso sistemático da ironia no Príncipe de Maquiavel, a autora faz um trabalho extenso em que consiste em abordar todas as obras de Maquiavel para identificar o uso da ironia e pontuar onde cada figura retórica é empregada e porque. Essa interpretação muda drasticamente o modo de leitura do texto de Maquiavel. Buscarei defender que, pelo uso da ironia, oculta-se a real posição política de Maquiavel, ou seja, a defesa de um modelo de governo de fato republicano, e não monárquico:

Mesmo os leitores mais simpáticos do livro têm dificuldade em compreender como é que Rousseau pôde saudar o Príncipe de todo o coração como "o livro dos republicanos". Os conflitos políticos que inspiraram Maquiavel a escrever o Príncipe estão distantes das nossas próprias experiências; os seus exemplos e categorias filosóficas parecem datados. Quando não nos envolvemos demasiado profundamente com eles, o que obtemos das suas páginas é uma defesa ousada da amoralidade pragmática, que choca poucas pessoas atualmente. Este livro tenta trazer alguns desses conflitos, exemplos e categorias de volta à vida, para que possamos compreender melhor porque é que alguns dos primeiros leitores mais perspicazes do Príncipe - incluindo muitos filósofos que, tal como Maquiavel, tinham grandes talentos literários - o viram como uma obra destinada a restaurar padrões morais elevados na política. **O Príncipe de Maquiavel, sugiro, é uma obra-prima de escrita irônica com um objetivo moral.** Por um lado, alerta os aspirantes a príncipes para os perigos de tentarem exercer um controlo absoluto sobre pessoas que se preocupam com a liberdade. Por outro lado, ensina os cidadãos comuns a reconhecer os sinais de alerta precoce de um comportamento ávido de controlo por parte dos seus líderes e a incutir-lhes a necessidade de estabelecer "ordens" políticas e militares (*ordini*) que possam manter a tirania à distância. Maquiavel utiliza uma série de técnicas irônicas para sublinhar o carácter problemático de muitas ações principescas que parece elogiar. (BENNER, 2013, p. XXI-XXI, grifo nosso).

Ao estudarmos as motivações irônicas de Maquiavel com as reflexões de Erica Benner (2013) podemos compreender melhor a obra de Maquiavel. Se Skinner (1999) foi nosso guia histórico do período dos quatrocentos no capítulo um, de agora em diante terei como suporte as colocações de Benner. Dentro do escopo da ironia e da dissimulação que venho trabalhando de forma indireta ao longo do capítulo um, agora pretendo refletir sobre a interpretação de Benner e a mudança que tal interpretação causa na leitura de *O Príncipe* com maiores detalhes, e para tal reflexão podemos começar com os três possíveis motivos:

A primeira era defensiva: proteger o autor de um texto que insinua fortemente a hipocrisia das novas autoridades dos Médicis - cujo comportamento dinástico e principesco contradiz o seu estatuto oficial de meros "primeiros cidadãos" numa república livre, recordando uma hipocrisia semelhante nos primeiros principados romanos - e a corrupção grosseira na Igreja, agora chefiada por um Papa Médicis. Sugerir que os governantes de Florença e os líderes da Igreja não cumpriam as normas morais geralmente aceitáveis - ou seja, que eram hipócritas, infiéis ou criminosos - era obviamente arriscado e a melhor forma de o fazer era de forma irônica.

Uma segunda razão foi a circunstância diplomática de procurar mudar os juízos políticos dos leitores. O objetivo de Maquiavel não era apenas ridicularizar as autoridades políticas e religiosas. O Príncipe também visa induzir os governantes, e os seus apoiantes entre o povo, a reconhecerem os seus erros e a optarem por melhores formas de governo. Como bem sabiam os antigos oradores e filósofos, quando se quer mostrar às pessoas verdades desconfortáveis, é melhor adoçar a dose com dissimulação irônica do que arriscar afastá-las através de discursos não convidativos.

A terceira razão é talvez a mais importante e a menos frequentemente reconhecida. Tal como as obras antigas a que se refere, O Príncipe tem um objetivo educativo e filosófico: treinar os leitores a distinguir entre prudência política aparente e prudência política genuína. Como observou o filósofo inglês e admirador de Maquiavel, Francis Bacon, a dissimulação pode ser um excelente meio de ajudar as pessoas a verem através das aparências enganadoras e dos enganos. Levados por "sinais e argumentos" sutis a aperceberem-se das verdadeiras qualidades ou juízos de valor por detrás das palavras abertas, os leitores atentos podem apanhar as pistas e tentar descodificar os objectivos ocultos do ironista. É essencial que sejam eles próprios a fazer esta decodificação, uma vez que exerçam os seus poderes de observação crítica. Ao imitar os sofismas que abundam na vida política, o Príncipe induz o leitor a refletir sobre o que há de errado nessas persuasões e, assim, a armar-se contra as suas seduções. (BENNER, 2013, p. XXI-XXI).

A primeira razão mencionada é defensiva. Maquiavel estava buscando proteger a si mesmo como autor, pois ele estava fortemente implicando a hipocrisia das novas autoridades

dos Médici em Florença. Embora oficialmente se apresentassem como meros "primeiros cidadãos" em uma república livre, eles se comportavam mais como príncipes, contradizendo sua própria posição. Além disso, Maquiavel também apontava a corrupção na Igreja, que agora era liderada por um Papa Médici. Essas críticas arriscadas poderiam colocar o autor em perigo, então a melhor forma de expressá-las era através da ironia.

A segunda razão discutida na citação é a busca por mudar os juízos políticos dos leitores. O objetivo de Maquiavel não era apenas ridicularizar as autoridades políticas e religiosas, mas também induzir os governantes e seus apoiadores a reconhecerem seus erros e a buscarem melhores formas de governo. Ele utiliza a dissimulação irônica como uma estratégia para apresentar verdades desconfortáveis de uma forma mais palatável. Essa abordagem é baseada na dialética Socrática, que é a capacidade de levar as pessoas a refletirem sobre verdades inconvenientes do que afastá-las com discursos diretos e pouco convidativos.

Por fim, a terceira razão, talvez a mais importante e menos reconhecida, é o objetivo educativo e filosófico de *O Príncipe*. Assim como as obras antigas às quais Maquiavel se refere, esse livro tem como objetivo treinar os leitores a distinguir entre uma suposta prudência política e uma prudência política genuína. Através da imitação dos sofismas e enganos presentes na vida política, Maquiavel incita os leitores a refletirem sobre as falácias e a decodificar os objetivos ocultos por trás das palavras. Essa decodificação é essencial, pois permite que os leitores desenvolvam seus poderes de observação crítica e se protejam das seduções políticas. Compreender essas razões nos permite ter uma visão mais clara da intenção de Maquiavel ao escrever *O Príncipe*. Ele buscava expor a hipocrisia das autoridades, influenciar a mudança política e oferecer aos leitores uma educação sobre prudência política e a capacidade de decodificar discursos enganosos. Ainda, se observarmos o segundo ponto podemos perceber a defesa para “melhores formas de governo”, ou seja, uma sinalização para a defesa da República. Na passagem abaixo podemos notar o movimento de defesa da República:

De facto, os preceitos antigos e humanistas consideravam que era dever dos homens de bem ajudar as suas cidades, aproximando-se dos governantes - especialmente dos injustos ou tirânicos - e fazendo tudo o que pudessem para influenciar a sua conduta para melhor. Em tempos mais opressivos, podem apenas ser capazes de conter os excessos de um governante. Mas, na melhor das hipóteses, podem persuadi-lo a abandonar completamente a tirania ou o principado e a estabelecer voluntariamente uma república. Maquiavel tentou o segundo tipo de persuasão, mais radical, em 1520, quando, após a morte de Lorenzo II, o eventual dedicatário

do Príncipe, foi um dos vários críticos conhecidos dos Médicis a quem foi pedido que sugerissem melhorias para o governo. A sua resposta aconselha os Médicis a abandonarem voluntariamente o seu "estado" principesco e sugere reformas que aproximem a cidade da forma de uma "**verdadeira república**". (BENNER, 2013, p. xxviii, grifo nosso)

Essa citação oferece uma perspectiva interessante sobre os preceitos antigos e humanistas em relação à participação dos homens de bem na governança de suas cidades. Esses preceitos consideravam que era um dever moral dos cidadãos ajudar suas comunidades, especialmente quando os governantes eram injustos ou tirânicos. Os homens de bem eram incentivados a se aproximar desses governantes e fazer todo o possível para influenciar sua conduta de maneira a melhorá-la. Em tempos mais opressivos, os indivíduos podem se encontrar limitados a conter os excessos dos governantes, mas na melhor das hipóteses, eles podem até mesmo persuadi-los a abandonar completamente a tirania ou o principado e a estabelecer voluntariamente uma república. Essa abordagem mais radical de persuasão, que visa transformar o sistema de governo, é exatamente a que Maquiavel tentou adotar em 1520. Após a morte de Lorenzo II, o eventual dedicatário de sua obra *O Príncipe*, Maquiavel foi um dos críticos conhecidos dos Médicis a quem foi solicitado que oferecesse sugestões de melhorias para o governo. Sua resposta, como menciona a citação, aconselha os Médicis a abandonarem voluntariamente seu "estado" principesco e propõe reformas que aproximem a cidade de uma "verdadeira república".

No próximo subtítulo, serão analisadas as “palavras codificadas” que Benner utiliza para mostrar como Maquiavel as empregou em sua escrita para trazer críticas sociais de forma sutil em seu tempo, bem como o uso da Força e Lei, sendo um dos desafios mais importantes que um príncipe enfrenta, a necessidade de equilibrar o uso da força com o uso da lei.

2.2 - PALAVRAS CODIFICADAS: VIRTUDE E FORTUNA, FORÇA E LEI

De acordo com a interpretação de Erica Benner, as "palavras codificadas" do *O Príncipe* são um recurso literário que Maquiavel usa para transmitir uma mensagem

subjacente, ou seja, palavras que Maquiavel usa com um significado diferente do seu significado literal. A autora divide as "palavras codificadas" em duas categorias, aquelas palavras ligadas à virtude e aquelas ligadas à fortuna.

Uma lista não exaustiva de palavras "codificadas" normativamente utilizadas no Príncipe. Algumas palavras sinalizam consistentemente a dependência da fortuna, outras a dependência da virtú. As palavras ligadas à virtú transmitem elogios, mesmo quando soam discretas ou indiscretas. As palavras ligadas à fortuna transmitem críticas, mesmo quando soam entusiásticas ou impressionantes.
(BENNER, 2013, p. liii).

Tais palavras codificadas são usadas de maneira pontual por Benner, pois a autora está fazendo uma classificação não exaustiva, mas bastante técnica do livro, o que requer observar comparativamente várias passagens das diversas obras de Maquiavel, para se poder afirmar intenções diferentes do que o próprio Maquiavel escreve. A perspicácia de Benner com tais palavras codificadas reside no fato de que parece ser bastante convincente que Maquiavel está de fato tratando de forma positiva às palavras ligadas à *virtu* e de forma negativa as palavras ligadas à fortuna, pois Benner apresenta argumentos para pontuar tais questões, como resgates históricos, análises literárias críticas e exemplificação de Maquiavel:

Nas antíteses de Maquiavel, os termos relacionados à virtude e à fortuna são usados de forma intercambiável, mas com diferentes conotações. O termo ligado à virtude é positivo e elogioso, transmitindo aprovação e entusiasmo. Por outro lado, o termo relacionado à fortuna é negativo ou ambíguo, indicando uma confiança problemática nesta força por trás das boas palavras ou aparências. As palavras de elogio subestimadas são descritivas, mas revelam virtudes louváveis por trás de aparências despreziosas ou neutras. A ordenação consistente desta linguagem em torno da distinção virtude-fortuna é uma característica de Maquiavel, mas padrões semelhantes podem ser encontrados em escritores antigos, que também utilizam termos semelhantes "codificados". Essas antíteses refletem a complexidade da vida política e as aparências enganadoras que podem ocorrer neste contexto.
(BENNER, 2013, adaptado, p.g liv)

Ela argumenta que o uso de "palavras codificadas" é um dos principais mecanismos de Maquiavel para escrever de forma irônica em sua obra, sendo um dos aspectos mais inovadores da interpretação de Benner. Tal mecanismo ajuda a revelar o propósito moral subjacente do livro, que é uma crítica em vários níveis às práticas desvirtuadas, corruptas e agressivas dos sistemas políticos da época. A autora ainda faz um resgate histórico para

comparar a obra de Maquiavel com outros autores antigos, mostrando que tal prática de codificar palavras não seria uma novidade em Maquiavel, apenas é muito bem empregada.

A obra *Cyropaedia* de Xenofonte explora a oposição entre democracia e tirania, utilizando antíteses e quase-sinônimos inter-relacionados. No início do livro, Xenofonte reflete sobre como aqueles que aspiram ao poder e permanecem nele são admirados por sua suposta sabedoria e sorte. Porém, essa admiração é questionada, uma vez que esses líderes acabam enfraquecendo seus estados e escravizando seu povo. A oposição entre o que é dito e o que é feito é um tema central tanto na obra de Xenofonte quanto na de Maquiavel. Ciro, o protagonista de *Cyropaedia*, se apresenta como um modelo de virtude em suas palavras, mas suas ações corrompem as práticas persas habituais. (BENNER,2013, adaptado, p. liv)

Xenofonte explora a oposição entre democracia e tirania, utilizando antíteses e quase-sinônimos inter-relacionados. O início do livro reflete sobre como aqueles que ambicionam o poder e permanecem nele são admirados por sua suposta sabedoria e sorte. No entanto, essa admiração é posta em questão, uma vez que esses líderes acabam enfraquecendo seus estados e escravizando seu povo. Essa oposição entre o que é dito e o que é feito é um tema central tanto na obra de Xenofonte quanto na de Maquiavel. Por exemplo, o personagem de Ciro, o protagonista de "*Cyropaedia*", se apresenta como um modelo de virtude em suas palavras, mas suas ações acabam corrompendo as práticas persas habituais. No entanto, é importante ressaltar que tanto Xenofonte quanto Maquiavel levantam questões sobre a relação entre as palavras e as ações dos líderes políticos, e não necessariamente defendem a dissociação completa entre elas. Eles nos convidam a refletir sobre a natureza da política e a complexidade das decisões políticas. Irei agora replicar a tabela de palavras codificadas de Benner para aprofundarmos suas considerações sobre a forma que Maquiavel as utiliza:

Tabela 1. Palavras Codificadas por Erica Benner

	<i>Virtú</i>	Fortuna
Antíteses	livre, livremente (<i>libera, liberamente</i>); pessoa(s) (<i>populo, populi</i>); república (<i>republica</i>); baixo (<i>basso</i>); o próprio (<i>suo/sua proprie</i>); ordinário, ordem (<i>ordinario</i> ,	príncipe (<i>principe</i>); príncipe principado (<i>principato</i>); alto (<i>alto</i>); outros (<i>d'altri</i>); extraordinário (<i>extraordinario</i>); variação (<i>variazione</i>);

	<i>ordine</i>); estabilidade, estável (<i>stabilità, stabile</i>); cuidado/respeito (<i>rispetto</i>).	impetuosidade (<i>impetuosità</i>).
Quase-Sinônimos	cidadãos (<i>cittadini</i>); amigos (<i>amici</i>); prudência (<i>prudenza</i>); adquirir (<i>acquisitare</i>); manter (<i>mantenere</i>); ordem (<i>ordinare</i>); satisfazer (<i>satisfare</i>); esforço, dores (<i>fatica, affani</i>); amigável (<i>amico</i>); parcimônia (<i>parsimonia</i>).	assuntos (<i>sudditi</i>); partidários (<i>partigiani</i>); astúcia (<i>astuzia</i>); capturar (<i>occupare</i>); deter, possuir (<i>tenere, possedere</i>); inovar (<i>innovare</i>); satisfazer, entreter (<i>intrattenare</i>); dificuldade (<i>difficoltà</i>); favorecer (<i>favore</i>); avareza (<i>misero</i>).
Palavras de Alerta		felicidade (<i>felice</i>); [<i>acquiring</i>] rapidamente, de repente (<i>subito, presto</i>); fácil, facilmente (<i>facile, facilmente</i>); grandeza (<i>grande, grandezza</i>); alto, altura (<i>alto, altezza</i>); raro (<i>raro</i>); espírituoso (<i>animoso</i>); ociosidade, ocioso (<i>odio, ozioso</i>); empresa (<i>imprese</i>).
Elogios Discretos	encomendado (<i>ordinate</i>); natural (<i>naturale</i>); razoável (<i>ragionevole</i>); firme (<i>fermo</i>); certo (<i>certe</i>); disciplina (<i>disciplina</i>); conhecimento, saber (<i>cognizione, conoscere</i>); merecer (<i>merito</i>).	

Fonte: BENNER, 2013, p. liii.

Aqui nas **Antíteses** de Maquiavel, ambos os termos parecem meramente descritivos ou de igual valor. De fato, o termo relacionado com a *virtú* é positivo e transmite elogios, enquanto o termo ligado à fortuna é negativo ou ambíguo. Os **Quase-Sinônimos** parecem quase intercambiáveis, embora Maquiavel ligue sempre um à *virtú* e o outro à fortuna, imitando a semelhança enganadora entre virtudes e vícios que se encontram na vida política.

As **Palavras de Alerta** parecem exprimir aprovação, entusiasmo ou grande elogio, mas, de facto, indicam uma confiança problemática na fortuna por detrás das boas palavras ou das aparências. Palavras de **Elogios Discretos** parecem meramente descritivas ou moderadamente positivas, mas na verdade indicam *virtú* louvável por trás de aparências despreziosas ou neutras. Em outras palavras, as palavras codificadas podem ser interpretadas como uma forma de crítica social e política. Maquiavel está usando a ironia para criticar a natureza da política, a corrupção, as virtudes cristãs, onde os valores tradicionais, como a virtude e a justiça, podem vir a ser subvertidos. A ironia é uma ferramenta poderosa que pode ser usada para comunicar uma mensagem complexa, no caso d'*O Príncipe*, Maquiavel está usando a ironia para transmitir uma mensagem moral reflexiva e provocativa.

Benner mostra que *O Príncipe* é mais do que um tratado político, é também uma obra complexa que pode ser interpretada de várias maneiras. Se quisermos, podemos refletir e comparar as palavras codificadas a um jogo de palavras, onde Maquiavel estaria usando as palavras para provocar o leitor, fazendo-o acreditar que ele está dizendo uma coisa quando na verdade está dizendo outra. Ao avançarmos nessa reflexão, poderíamos comparar as palavras codificadas a um autorreflexo, pois Maquiavel estaria usando as palavras para refletir sobre a natureza cruel e competitiva da política de uma forma sutil e indireta para evitar ataques, mantendo-se seguro para propor ideias contrárias ao governo da época, ou ainda, para alertar o leitor sobre os perigos da política e dos governantes gananciosos. Maquiavel era um homem inteligente e perspicaz, ele sabia que a política é um jogo complexo e que os líderes políticos muitas vezes precisam ser adaptáveis. Ele usou as palavras codificadas para transmitir essa mensagem de forma sutil e ambígua, como, por exemplo, nos modos de ação principescos (como explicado no primeiro capítulo, p. 6) de 'armas próprias' ou 'armas alheias':

Sugerirei que todo o Príncipe pode ser lido como uma série de confrontos entre dois tipos de príncipes, ou dois "modos" de ação principesca: um que depende da *virtú* e das "armas próprias", o outro da fortuna e das "armas alheias". Se partirmos do princípio de que estes "modos" podem ser combinados de forma frutuosa, ou que, em certas circunstâncias, os príncipes precisam de confiar mais na fortuna do que na *virtú*, podemos ignorar as críticas sutis de Maquiavel a qualquer política que dependa das vantagens que ele identifica com a fortuna. Maquiavel era um homem literário e político, e *O Príncipe* é uma obra de arte cuidadosamente estruturada, bem como uma obra repleta de análises políticas profundas e afiadas. O uso que faz da antítese *virtú*-fortuna e da correspondente linguagem irônica reflete o seu gosto por jogos de palavras provocadores. Mas também encarna a preocupação de um filósofo em analisar exemplos e ações particulares em termos de

causas mais básicas, distinções gerais e reflexões sobre as capacidades e limitações humanas.
(BENNER, 2013, p. XXXVIII)

Armas próprias e armas alheias são dois tipos de forças que um príncipe pode usar para manter seu poder. Armas próprias são as forças que o príncipe controla diretamente, como seu exército, sua polícia e sua burocracia. Armas alheias são as forças que estão fora do controle do príncipe, como a opinião pública, a economia e as alianças internacionais. Maquiavel argumenta que um príncipe deve ter um equilíbrio entre armas próprias e armas alheias. Um príncipe que depende apenas de armas próprias é vulnerável a um golpe de estado ou a uma invasão estrangeira. Um príncipe que depende apenas de armas alheias é vulnerável à instabilidade política e à guerra, e nesse sentido, fica à mercê da fortuna. Maquiavel diz que um príncipe deve sempre tentar aumentar seu poder e sua independência, ao exercer ações virtuosas com suas ‘armas próprias’. No entanto, se ele não puder fazer isso, ele deve pelo menos tentar minimizar sua dependência de forças externas.

Os líderes políticos precisam equilibrar as forças que estão sob seu controle direto com as forças que estão fora de seu controle, bem como escolher bem suas armas próprias, com sabedoria, pois as armas alheias são mais complexas de serem geridas e de fato controladas em algum aspecto. Maquiavel irá nos mostrar logo abaixo a importância dessa seleção cuidadosa com o exército do príncipe:

Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas. Como não se podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas. Digo, portanto, que as armas com que um príncipe defende seu estado ou são próprias, ou mercenárias ou auxiliares ou mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Quem tem o seu estado baseado em armas mercenárias jamais estará seguro e tranquilo, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem probidade para com os homens. O príncipe apenas terá adiada a sua derrota pelo tempo que for adiado o ataque, sendo espoliado por eles na paz e pelos inimigos na guerra. A razão disto é que não têm outra paixão nem razão que as mantenha em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para motivá-las a morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não há guerra; mas, durante a guerra, querem fugir ou ir embora. Isso terei pouca dificuldade para demonstrar, visto que a ruína atual da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em armas mercenárias.

(MAQUIAVEL, 2001, p. 57 - 58)

Essa reflexão e orientação sobre os mercenários é algo que Maquiavel retoma algumas vezes em sua obra quando está falando de armas próprias e armas alheias, pois como ele aproxima as armas próprias da virtude e as armas alheias da fortuna, tais proposições são recorrentes e consequências argumentativas diretas em suas proposições. Embora o presente trabalho não tenha intenção de aprofundar o aspecto da boa sabedoria de um Príncipe ao selecionar suas armas próprias, é necessário enfatizar que isso na verdade se estende às virtudes e a flexibilidade moral que Maquiavel defende, pois toda a sua forma argumentativa está construída e conectada com suas teses sobre *virtú* e fortuna, seja de forma direta ou indireta, ao longo de toda a sua obra. Maquiavel está dizendo nesta passagem, portanto, que um Príncipe deve saber ponderar suas virtudes, deve ser flexível com elas e para que assim possa ter boas armas para gerir de forma equilibrada o seu governo.

Podemos observar com maior ênfase a forma como Maquiavel trabalha isso no capítulo seis do Príncipe, pois este é um exemplo paradigmático: ele seria um capítulo no sentido de um espelho, ou seja, de imitação da lógica de um príncipe sem experiência e com ambições para governar sozinho e buscar total controle sobre seus súditos, o que poderia ser visto como um absurdo ou ‘maquiavélico’, em que podemos observar com felicidade as proposições de Benner. Na estruturação deste capítulo, temos primeiramente a exaltação ingênua de fundadores antigos e a metáfora vaga do arqueiro sensato:

Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua *virtù*, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo.
(MAQUIAVEL, 2001, p. 23)

Essa passagem é vaga, pois não parece sensato almejar objetivos distantes sem ter uma abordagem estratégica, é como um arqueiro que mira alto, mas acaba acertando o chão. É ingênuo seguir cegamente os ensinamentos de antigos fundadores ou figuras proeminentes como Maquiavel nos coloca, pois buscar inspiração nas glórias do passado não é garantia de sucesso ou aprendizado no presente, parece ser apenas um guia vazio, desprovido de orientações práticas para o príncipe. Avançando para o próximo capítulo, abordamos a dicotomia entre palavras e ações. Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu são considerados exemplos de príncipes com 'virtude própria'. No entanto, a descrição de como eles se tornaram

governantes é feita inteiramente no condicional ('Era necessário que Moisés...'; 'Era preciso que Rômulo...', etc.). Segundo Benner, essa abordagem evidencia uma linguagem codificada.

Em um terceiro momento do capítulo, Maquiavel propõe soluções absurdas para as dificuldades cotidianas, como mudar a opinião dos súditos (“convencê-los pela força”), como se isso fosse possível de fato. Em um quarto momento, quase ao fim do capítulo, temos a comparação entre Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo e Hierão, onde o adjetivo colocado para Hierão (“o menor”), na realidade, mostra como ele é o verdadeiro príncipe virtuoso. Isso fica mais evidente com a série de ações realizadas por ele, todas elogiadas e recomendadas por Maquiavel ao longo de todo livro: “Hierão extinguiu a antiga milícia e organizou uma nova; abandonou as velhas amizades e fez outras; e, com essas amizades e soldados de sua confiança, pôde edificar tais fundamentos qualquer edifício; de modo que muito lhe custou chegar ao poder, mas pouco mantê-lo” (BENNER, 2013, p. 18), e é aqui que podemos perceber as reais intenções de Maquiavel com sua ironia e palavras codificadas.

Ao falarmos das intenções de Maquiavel, podemos aprofundar seu uso de fortuna e virtude como modos de ação através do uso de palavras codificadas, pois como afirmamos anteriormente, Maquiavel faz o uso conectado de cada uma dessas proposições, então ao descrever como novos príncipes adquirem seus estados ou domínios, podemos perceber que Maquiavel está avaliando e criando conotações das virtudes principescas, enquanto reflete sobre as formas de conquista e manutenção dos locais conquistados. Benner afirma que a distinção que Maquiavel propõe entre adquirir um estado com as armas alheias e por armas próprias é que na primeira se adquire por fortuna e na segunda por virtude. Esta é a linha mais importante para a compreensão do livro de Maquiavel:

Relativo à forma como os novos príncipes adquirem os seus estados ou domínios: "ou com as armas de outros ou com as próprias, ou por fortuna ou por *virtú* [o con l'arme d'altri o con le proprie, o per fortuna o per *virtú*]". As duas distinções são paralelas, de modo que adquirir com as armas dos outros é adquirir por fortuna, e adquirir com as próprias armas é fazê-lo por *virtú*. Nenhuma linha do Príncipe fornece mais pistas importantes para a compreensão de todo o livro do que está. A distinção entre fortuna e *virtú* é o padrão geral que Maquiavel aplica em todo o livro para avaliar as diversas ações principescas. Sugerirei que pode ser aplicada a todas as afirmações e exemplos do Príncipe, mesmo quando Maquiavel não a invoca explicitamente.
(BENNER, 2013, p. 18)

Como Maquiavel parece pautar todas as ações principescas baseados nas máximas de virtude e fortuna, podemos invocar a pergunta, que parece natural de ser feita neste momento:

mas o que de fato Maquiavel entende por virtude e fortuna? Existe um sentido ontológico ou apenas num sentido de definição? Benner nos explica:

O que é que Maquiavel entende por fortuna e *virtù*? No contexto do Príncipe, a fortuna é, acima de tudo, um poder amoral que dá ou tira independentemente do deserto. Neste sentido geral, as oscilações ascendentes ou descendentes da fortuna são independentes do controle humano. No entanto, os seres humanos têm uma escolha na forma como reagem às "variações" da fortuna. Podem sentar-se e desfrutar das suas extraordinárias dádivas durante algum tempo - até se tornarem suas vítimas indefesas na próxima oscilação. Ou podem insistir em ajudar-se a si próprios, em vez de dependerem da ajuda sedutora e generosa, mas pouco fiável, da fortuna. *Virtù* é a qualidade ou conjunto de qualidades que permite às pessoas adquirirem ou manterem os bens desejados através dos seus próprios esforços independentes e, portanto, merecem elogios. Alguém que adquire por fortuna não merece elogios por ter adquirido, uma vez que o seu próprio esforço pouco tem a ver com isso. Por outro lado, dizer que alguém adquire ou faz qualquer outra coisa por *virtù* é um grande elogio no livro de Maquiavel. O que se obtém por *virtù*, conquista-se, através de um bom uso das qualidades que ajudam o ser humano a construir "ordens" próprias que resistem às pressões da fortuna e de outros fatores fora do seu controle. (BENNER, 2013, p. 18-19)

Em outras palavras, fortuna é um poder amoral, que dá ou tira, independentemente do mérito. É um fator externo que pode afetar a vida das pessoas, mas que não está sob seu controle. *Virtù* é a qualidade ou conjunto de qualidades que permite às pessoas adquirirem ou manterem os bens desejados através dos seus próprios esforços independentes. É um fator interno que está sob o controle das pessoas. Maquiavel acredita que a fortuna é um fator importante na política, sem dúvidas, mas que a *virtù* é ainda mais importante. Um príncipe que depende apenas da fortuna é vulnerável a mudanças repentinas. Se a fortuna mudar contra ele, ele pode perder seu poder e sua posição. Um príncipe que possui *virtù*, por outro lado, é mais capaz de resistir às mudanças da fortuna. Ele pode usar suas habilidades e atributos para construir uma base sólida de poder que resistirá aos desafios. Se formos refletir, podemos pensar na fortuna como um rio turbulento, pois o príncipe que se deixa levar pela corrente será arrastado para a deriva, mas o príncipe que usa sua *virtù* para construir uma ponte sobre o rio, será capaz de atravessar com segurança.

A fortuna e a *virtù* são os dois "modos" (modi) possíveis de aquisição e manutenção dos principados. São também, como se verá, os dois principais modos de conduzir todas as acções discutidas no Príncipe. No vocabulário de Maquiavel, os "modos" não são simplesmente "métodos" utilizados para resolver problemas específicos em momentos específicos. As pessoas tendem a ter um único modo ou padrão de conduta predominante

que influencia as suas ações na maior parte do tempo. Embora possam escolher e mudar os seus modos habituais, Maquiavel sublinha a dificuldade de os "variarem" para se adaptarem a diferentes circunstâncias, depois de se terem tornado um hábito estabelecido. Os modos de Maquiavel também não são simplesmente "meios" (*mezzi*) diferentes para fins idênticos. Todos os novos príncipes procuram adquirir Estados ou domínios. Mas os príncipes dependentes da fortuna e da *virtù* tendem a ter objectivos divergentes e mais básicos que esperam alcançar através da aquisição. No Príncipe, aqueles que optam por confiar na fortuna estão especialmente interessados em ganhar grande poder e reputação, e sabem que a fortuna os pode ajudar a consegui-lo mais rapidamente do que os seus próprios esforços. Os que confiam na *virtù* estão mais interessados na estabilidade a longo prazo do que em serem aclamados como "grandes", ganharem todas as batalhas ou ultrapassarem todas as suas dificuldades de um dia para o outro. A escolha dos modos de um príncipe diz-nos, portanto, muito sobre os seus objectivos - e sobre a forma como se espera que governe os Estados que adquire. (BENNER, 2013, p. 18-19)

Nosso secretário florentino propõe então que os príncipes devem escolher entre dois modos de aquisição e manutenção do poder, que seriam, primeiramente, a manutenção através da fortuna, no qual o príncipe que confiar na fortuna acredita que o sucesso é determinado por forças externas, como o destino ou a sorte e, em segundo, o príncipe que busca manter seu poder com a *virtù* é aquele que acredita que o sucesso é determinado por qualidades internas, como a habilidade, a coragem e a sabedoria. Maquiavel argumenta que a *virtù* é o modo mais seguro de adquirir e manter o poder, pois um príncipe que confia na fortuna é vulnerável a mudanças repentinas, se a fortuna mudar contra ele, ele pode perder seu poder e sua posição. Um príncipe que possui *virtù*, por outro lado, é mais capaz de resistir às mudanças da fortuna, ele pode usar suas habilidades e atributos para construir uma base sólida de poder que resistirá aos desafios. A ideia de Maquiavel, na verdade, se assemelha aos humanistas e republicanos cívicos, no sentido de prezar pela virtude, mas a originalidade desse posicionamento é inovador com a interpretação de Benner pois podemos notar que a flexibilidade moral proposta por Maquiavel está transcrita de boas intenções e de sempre prezar pela virtude quando for possível. Ao retomarmos Skinner, podemos perceber em suas ponderações que sua visão de Maquiavel é de um autor que propõe flexibilidade moral ante à virtude e fortuna, buscando sempre manter o equilíbrio, enquanto em Benner podemos perceber que Maquiavel estava sendo irônico em várias dessas propostas e no fim pode ser assemelhado com os humanistas de uma forma diferente, mas ainda sim pode ter essa aproximação, não de uma forma total, pois não há dúvidas da ponderação de Maquiavel frente à flexibilidade moral, mas apreço maior pela virtude em Benner muda a interpretação clássica, bem como o estudo e aprofundamento da ênfase da ironia.

Tais proposições sobre a virtude e a fortuna dentro das palavras codificadas nos levam, por consequência de estruturação do pensamento de Maquiavel, às reflexões de força versus lei, e como são essas duas pautas abordadas por Maquiavel. Como bem sabemos, a política é uma área complexa e desafiadora, na qual os príncipes precisam tomar decisões difíceis com frequência. Para serem bem-sucedidos, os príncipes precisam ser capazes de navegar pelas águas turbulentas da política com habilidade e perspicácia. Como já abordamos, o que Maquiavel nos sugere é, então, um dos desafios mais importantes que um príncipe enfrenta, a necessidade de equilibrar o uso da força com o uso da lei, pois a força pode ser necessária para tratar com ameaças à segurança ou para impor a vontade do príncipe, no entanto, o uso excessivo da força pode ser contraproducente, levando à instabilidade e à oposição. No capítulo 18 d' *O Príncipe*, nosso secretário florentino discute a relação entre força e lei na política, onde argumenta que um líder deve ser capaz de usar ambos os instrumentos para governar com sucesso. Isso é destacado por Benner:

Depois vem outro ensinamento infame: "Deves saber que há dois tipos de combate: um com leis [leggi], o outro com força [forza]. O primeiro é próprio [próprio] do homem, o segundo dos animais; mas como o primeiro muitas vezes não é suficiente, é preciso recorrer ao segundo. Por isso, é necessário que um príncipe saiba usar bem a besta e o homem. Isto é geralmente entendido como um conselho para confiar menos na lei e mais na força do que a moralidade convencional dita. Os príncipes prudentes, parece dizer-se, precisam de saber quando devem pôr de lado as restrições legais e usar a força para obterem vantagens. Mas se olharmos mais atentamente, nada na passagem sugere a necessidade de subordinar a lei à força, pelo contrário, diz que um príncipe deve saber como usar tanto a besta como o homem. Embora o capítulo fale em breve sobre os bons usos de animais específicos, raposas e leões, também declara que "um príncipe precisa de saber usar ambas as naturezas", pois "uma sem a outra não é duradoura [non è durabile]". Uma vez que as leis são a expressão "correcta" da natureza humana e do modo de combate que lhe é adequado, o que seria um "bom uso" das leis e a relação correcta entre leis e força? Se leggi e forza fossem modos antitéticos, então o conselho de Maquiavel para usar ambos implicaria um compromisso em que os príncipes que usam a força dependem menos da lei. Mas este tipo de oposição entre lei e força é falacioso. Para Maquiavel, tal como para os filósofos antigos, a força é um elemento necessário da lei. (BENNER, 2013, p. 214-215)

Maquiavel começa sua argumentação afirmando que a força é muitas vezes necessária na política, como pudemos observar, e isso ocorre porque os humanos são criaturas "mistas", ou seja, compostas de elementos bons e maus. Os humanos são capazes de atos de grande generosidade e compaixão, mas também são capazes de atos de grande crueldade e violência, portanto, um príncipe precisa ser capaz de usar a força para lidar com os aspectos que vem à

tona da natureza humana. No entanto, o príncipe também precisa ser capaz de usar a lei para regular o uso da força, e aqui Maquiavel ilustra sua visão da relação entre força e lei com a figura do centauro Quíron. Quíron era um ser híbrido, metade homem e metade cavalo, ele era um professor de muitos heróis gregos, incluindo Aquiles, nosso secretário afirma que Quíron era um símbolo da necessidade de um príncipe ser capaz de usar tanto a força quanto a lei, pois a metade humana de Quíron representa a lei, enquanto a metade animal representa a força. Maquiavel, então, avança em sua reflexão: "um príncipe precisa de usar ambas as naturezas; e uma sem a outra não é duradoura" (BENNER, 2013, p. 214-215). Isso significa que um príncipe que só usa a lei ou só usa a força está fadado ao fracasso.

É claro que as leis humanas precisam de ser apoiadas pela força, caso contrário tornam-se ineficazes num mundo onde os homens não são perfeitamente bons. Mas, da mesma forma, a força precisa de ser regulada pela lei, ou a vida humana torna-se meramente bestial. Maquiavel nunca diz que os príncipes devem prescindir das leis ou subordina-las à força, mas apenas que a luta com as leis não é suficiente sem a força. Além disso, descreve a lei como um "modo de combate", não como um modo de regulação dos seres humanos que torna desnecessárias todas as formas de luta. As leis são necessárias para travar uma batalha constante contra os apetites e "humores" humanos que degradariam a vida humana se não fossem regulados. (...) Tal como sugerido no último capítulo, no livro de Maquiavel, não somos nem todos maus nem todos bons. Apesar de sermos frequentemente movidos, como os outros animais, por apetites e impulsos, também possuímos capacidades naturais para os regular com os nossos poderes de raciocínio e para construir ordens e leis que elevam a vida humana acima do bestial - desde que as ordens se mantenham firmes. (...) A forma de utilizar a besta e o homem, diz ele, foi "ensinada secretamente [copertamente] aos príncipes pelos escritores antigos, que escreveram que Aquiles, e muitos outros príncipes antigos, foram entregues a Quíron, o centauro, para serem educados, para que ele cuidasse deles com a sua disciplina [disciplina]". Maquiavel explica depois o significado deste facto para os príncipes modernos. Ter como professor um meio-besta, meio-homem", diz ele, "não significa outra coisa senão que um príncipe precisa de usar ambas as naturezas; e uma sem a outra não é duradoura". Isto é frequentemente lido como implicando a necessidade de baixar padrões morais e legais excessivamente elevados para lidar com a bestialidade humana. Mas nada na passagem apoia inequivocamente essa leitura. Diz-se que os príncipes precisam de ambas as naturezas e que nenhuma delas é "duradoura" sem a outra. E, significativamente, o Quíron de Maquiavel não ensina os príncipes a serem mais impiedosos, ou a quebrarem a fê, as leis e outras restrições impostas pelo homem às suas ações. Pelo contrário, o centauro cuida dos príncipes com a sua "disciplina" - uma palavra que Maquiavel associa sempre a restrições bem ordenadas. Quíron é um símbolo adequado para o tema das aparências enganadoras. (BENNER, 2013, p. 214-215)

A citação em questão é um dos pontos mais importantes do livro *O Príncipe*, pois ela fornece uma visão perspicaz sobre a relação entre força e lei na política, assim nosso secretário florentino argumenta que a força e a lei são complementares, não contraditórias, a força é necessária para tratar com os aspectos maus da natureza humana, enquanto a lei é necessária para regular o uso da força.

A visão de Maquiavel sobre a força pode ser resumida do seguinte modo. Em primeiro lugar, a visão de Maquiavel sugere que a força é uma ferramenta necessária para a política e isso é controverso em uma época em que muitos acreditam que a força deve ser usada apenas como último recurso, algo que demanda grande debate, porém a provocação se faz válida. Em segundo lugar, a visão de Maquiavel sugere que a lei é essencial para a política, onde a lei fornece um quadro para o uso da força e ajuda a evitar que a força seja usada de forma abusiva, algo que todos queremos alcançar, o equilíbrio dos poderes. Em terceiro lugar, a visão de Maquiavel sugere que a natureza humana é complexa e que os líderes políticos precisam ser capazes de lidar com essa complexidade, significando que os líderes políticos precisam ser capazes de usar tanto a força quanto a lei para governar com sucesso.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou uma nova interpretação da obra *O Príncipe* de Maquiavel, baseada no estudo de Erica Benner. Ao destacar a influência da filosofia antiga, especialmente a retórica dialética socrática, Benner argumenta que a ironia é uma técnica retórica utilizada por Maquiavel para expressar críticas políticas de maneira sutil. Essa abordagem mais complexa e profunda contrasta com a visão tradicional de Maquiavel como um defensor do poder absoluto e da tirania. Ao analisar as técnicas de ironia presentes em *O Príncipe*, este estudo demonstrou a importância de considerar o contexto histórico e filosófico em que a obra foi escrita. Ao propor essa nova interpretação, o objetivo deste trabalho foi resgatar o aspecto democrático e participativo do pensamento de Maquiavel, oferecendo uma análise mais precisa do seu legado intelectual. Ao desafiar a visão simplista de Maquiavel como um defensor da amoralidade política, ressalta-se a importância de compreender as nuances e complexidades do seu pensamento.

No primeiro capítulo, discutimos a interpretação tradicional que associa Maquiavel a um pensador maquiavélico, defensor da tirania e da amoralidade política. No entanto, argumentamos que essa visão simplista negligencia a complexidade e profundidade do pensamento de Maquiavel. Nesse contexto, são discutidos os romances-espelho, que eram obras escritas com o objetivo de orientar os príncipes em suas condutas de governo, baseando-se em exemplos de lições morais e éticas. Esses romances eram populares durante o Renascimento e eram escritos de acordo com as normas da Igreja Católica. Os romances-espelho enfatizavam a importância da educação e da cultura para os príncipes, defendendo que eles deveriam ser versados em temas como história, filosofia e teologia, a fim de tomar decisões sábias, governar justamente e alcançar as virtudes necessárias para um bom governante. As virtudes principescas incluíam habilidades militares, políticas, retóricas e de construção de alianças, enquanto as virtudes cardeais eram as virtudes morais tradicionais, como justiça, fortaleza, temperança e sabedoria. A educação humanista na Renascença tinha como objetivo desenvolver o homem virtuoso, capaz de moldar e equilibrar o mundo social dominado pela fortuna. Os humanistas acreditavam que os governantes deveriam ser modelos de virtude e que a ambição mais adequada para uma personalidade heróica era buscar o mais alto grau de honra, glória e fama. Ao abordarmos virtudes, é inevitável retomarmos *virtù* e fortuna, na qual a *virtù* é considerada a principal qualidade necessária para o sucesso na política. Conforme vimos, a *virtù* engloba qualidades morais como coragem, sabedoria, justiça e prudência. Por outro lado, a fortuna é vista como um elemento imprevisível e aleatório, representado por circunstâncias externas como guerra, fome e peste.

Embora a *virtù* seja essencial, Maquiavel reconhece que a fortuna desempenha um papel importante. Um príncipe virtuoso pode ser derrotado pela fortuna se ela estiver contra ele. Portanto, o príncipe deve ser flexível e adaptável, capaz de mudar de curso quando necessário e de usar a fortuna a seu favor. Maquiavel exemplifica isso citando figuras históricas como Moisés, Rômulo, Ciro e Teseu, que foram afortunados por encontrarem circunstâncias favoráveis, mas também foram virtuosos ao reconhecer e aproveitar essas oportunidades. No entanto, a obra de Maquiavel apresenta certa ambiguidade e ironia em relação às virtudes e à fortuna. Ele utiliza uma lista de palavras codificadas que transmitem elogios ou críticas, dependendo se estão associadas à *virtù* ou à fortuna. Isso gera uma dupla interpretação de sua obra. Maquiavel rompe com as virtudes cristãs e humanistas do Renascimento Italiano, propondo uma abordagem pragmática da política, afastando-se dos romances-espelho tradicionais de sua época.

A originalidade de Maquiavel é evidente ao enfatizar o uso da aplicação da lei e da flexibilidade moral, características que diferem das virtudes cristãs tradicionais. Embora outros escritores da época também abordassem a importância da força e da virtude cívica, Maquiavel dá uma excepcional importância ao papel da força bruta na governança. Ele afirma que a base de todo estado são boas leis e boas armas, ressaltando a relação intrínseca entre elas. Além disso, Maquiavel apresenta uma tensão entre o humanismo e o pragmatismo. Ele defende a importância da virtù na restauração da corrupção política, tanto em uma república quanto em um principado. Embora reconheça a necessidade do poder forte de um único homem, sua preferência pessoal está voltada para a liberdade política e a forma republicana de governo. Isso reflete a tensão histórica da época, onde a monarquia era dominante, mas havia um forte movimento republicano que defendia a liberdade política.

No segundo capítulo, ao considerar as reflexões de Maquiavel e a interpretação de Benner, é possível perceber que as consequências dessas reflexões são palpáveis e têm relevância contemporânea. Maquiavel não era um "professor mau", como muitas vezes foi rotulado, mas sim um observador agudo da realidade política, reconhecendo a necessidade da flexibilidade moral em certas situações. A contribuição de Benner enriquece nossa compreensão de *O Príncipe* ao destacar a complexidade da política e a necessidade de considerar as circunstâncias específicas ao tomar decisões políticas. Através da ironia e da dissimulação, Maquiavel busca não apenas expor a hipocrisia das autoridades políticas e religiosas de sua época, mas também induzir os leitores a refletirem sobre melhores formas de governo. Erica Benner argumenta que Maquiavel defende, de fato, um modelo republicano de governo em *O Príncipe* e utiliza a ironia como uma estratégia para transmitir essa mensagem de forma sutil. A ironia presente na obra permite que Maquiavel critique os governantes e líderes religiosos de sua época, que se comportavam de maneira contraditória em relação às normas morais aceitas. Ao apresentar essas críticas de forma irônica, Maquiavel se protege do risco de retaliação, já que suas palavras podem ser interpretadas de maneira ambígua. Além disso, a ironia também serve como uma ferramenta persuasiva para mudar os juízos políticos dos leitores. Maquiavel busca despertar a reflexão e fazer com que os governantes e o povo reconheçam seus erros e busquem melhores formas de governo. Através da dissimulação irônica, ele suaviza a dose das verdades desconfortáveis que apresenta, tornando suas mensagens mais acessíveis e convidativas. Por fim, a ironia desempenha um papel educativo e filosófico em *O Príncipe*. Maquiavel utiliza a dissimulação irônica para treinar os leitores a distinguirem entre uma prudência política aparente e uma prudência política genuína. Através da imitação dos sofismas presentes na

vida política, ele convida os leitores a refletirem sobre as falácias e a decodificar os objetivos ocultos dos discursos enganosos. Essa habilidade de decodificação é essencial para que os leitores possam se proteger das seduções políticas e exercer uma observação crítica.

Dessa forma, a interpretação proposta por Erica Benner sugere que Maquiavel, através da ironia e da dissimulação, oculta sua real posição política em *O Príncipe*, defendendo, na verdade, um modelo republicano de governo. A obra se torna uma obra-prima de escrita irônica com um objetivo moral, alertando os aspirantes a príncipes sobre os perigos do controle absoluto e ensinando os cidadãos comuns a reconhecerem comportamentos ávidos de controle por parte de seus líderes, incentivando a necessidade de estabelecer "ordens" políticas que possam manter a tirania à distância. Das palavras codificadas que Benner organiza podemos identificar como Maquiavel utiliza esses termos de maneira sutil para transmitir mensagens subjacentes. As palavras associadas à virtú são usadas de forma positiva, elogiosa e entusiasmada, transmitindo aprovação e louvor. Por outro lado, as palavras relacionadas à fortuna são usadas de forma negativa, indicando uma desconfiança problemática nessa força e enfatizando suas características incertas e voláteis. Ao utilizar essas palavras codificadas, Maquiavel revela sua crítica às práticas políticas corruptas e desvirtuadas de sua época, convidando os leitores a refletir sobre a complexidade da vida política e a necessidade de equilibrar o uso da força e da lei.

É importante ressaltar que Maquiavel não defende a dissociação completa entre virtú e fortuna, mas sim enfatiza a importância de reconhecer e lidar com ambas as forças na tomada de decisões políticas. Através do uso das palavras codificadas, ele destaca as tensões e desafios enfrentados pelos líderes políticos ao equilibrar a força necessária para governar com a necessidade de estabelecer uma base legal e justa para o governo. As antíteses, quase-sinônimos, palavras de alerta e elogios discretos presentes no texto revelam as intenções de Maquiavel. Por exemplo, as antíteses entre virtú e fortuna destacam a ambiguidade desses conceitos e criticam a confiança excessiva na fortuna. Os quase-sinônimos mostram a intercambiabilidade aparente dessas palavras, mas Maquiavel as associa sempre à *virtú* e à fortuna, questionando as virtudes cristãs e subvertendo valores tradicionais.

Além disso, Maquiavel aborda o equilíbrio entre as "armas próprias" e as "armas alheias" que um príncipe deve utilizar para manter seu poder. Ele argumenta que um príncipe deve ter um equilíbrio entre o controle direto e a dependência de forças externas. A seleção cuidadosa das "armas próprias" é crucial, pois as "armas alheias" são mais complexas de gerenciar e controlar. Maquiavel aborda a importância da reflexão sobre a utilização de

mercenários, destacando a distinção entre armas próprias e armas alheias. Essa distinção está diretamente relacionada às noções de *virtù* e fortuna, conceitos recorrentes em sua argumentação. O autor defende que um príncipe deve saber equilibrar suas virtudes e ser flexível em sua abordagem moral, a fim de governar de forma eficaz. No Capítulo 6, Maquiavel utiliza exemplos paradigmáticos para ilustrar suas proposições, como a metáfora do arqueiro sensato, enfatizando a importância da estratégia e da abordagem prática na tomada de decisões. No entanto, o autor também apresenta elementos irônicos e codificados em seu texto. Ele questiona a validade de seguir cegamente os ensinamentos de antigos fundadores, ressaltando que buscar inspiração nas glórias do passado não garante sucesso no presente. Além disso, Maquiavel propõe soluções absurdas para as dificuldades cotidianas, evidenciando a linguagem codificada presente em sua obra.

A distinção entre *virtù* e fortuna é crucial para a compreensão do livro. Fortuna é retratada como um poder amoral que pode afetar a vida das pessoas independentemente do mérito, enquanto *virtù* representa as qualidades e esforços individuais que permitem adquirir ou manter o sucesso. Maquiavel enfatiza que um príncipe deve depender mais da *virtù* do que da fortuna para resistir às mudanças e desafios. Assim, a *virtù* é vista como a capacidade de construir "ordens" próprias que resistem às pressões externas. Em suma, Maquiavel destaca a importância da reflexão estratégica e flexibilidade moral para um príncipe, assim como a necessidade de construir sua *virtù* para resistir às oscilações da fortuna. Esses conceitos são fundamentais em sua obra e oferecem insights valiosos sobre a governança eficaz e a busca pelo poder. A conclusão que podemos extrair dessas informações é que, de acordo com Maquiavel, a aquisição e manutenção do poder podem ser alcançadas por dois modos principais: a fortuna e a *virtù*. Aqueles que confiam na fortuna buscam ganhar poder e reputação rapidamente, contando com fatores externos e imprevisíveis. Por outro lado, aqueles que confiam na *virtù* buscam estabilidade a longo prazo, baseando-se em suas habilidades, coragem e sabedoria.

Além disso, Maquiavel discute a importância de equilibrar o uso da força e da lei na política. Ele afirma que a força é muitas vezes necessária para lidar com os aspectos bons e maus da natureza humana, mas também destaca a importância da lei como reguladora do uso da força. Um príncipe deve ser capaz de utilizar tanto a força quanto a lei, pois uma sem a outra não é duradoura.. A visão de Maquiavel destaca a necessidade de equilibrar o uso da força com a regulamentação da lei, reconhecendo que os seres humanos possuem tanto aspectos bons quanto maus. Nos dias atuais, as ideias de Maquiavel continuam sendo relevantes para a política contemporânea. A discussão sobre o uso da força na política

permanece um tópico controverso, com diferentes perspectivas sobre quando e como é apropriado empregar a força. No entanto, a noção de que a força é uma ferramenta necessária para lidar com os aspectos negativos da natureza humana ainda é objeto de debate e reflexão. Da mesma forma, a importância da lei na política é amplamente reconhecida atualmente. A lei fornece diretrizes e limites para o exercício do poder, evitando abusos e garantindo a proteção dos direitos individuais. A busca pelo equilíbrio dos poderes e pela governança responsável continua sendo um objetivo fundamental na política contemporânea. Além disso, a compreensão da complexidade da natureza humana e a capacidade de lidar com essa complexidade são atributos valorizados em líderes políticos. Reconhecer a diversidade de motivações e comportamentos humanos e ser capaz de usar tanto a força quanto a lei de forma adequada e equilibrada é essencial para governar com sucesso em um mundo complexo e em constante mudança.

Por fim, ao longo deste trabalho, exploramos as ideias de Maquiavel sobre política, poder, força e lei, com foco principal em sua obra icônica *O Príncipe*. Através de suas reflexões, Maquiavel enfatizou a importância da virtù, das habilidades e qualidades internas do governante, como coragem, sabedoria e astúcia. Ele reconheceu que a política é uma arena complexa e muitas vezes impiedosa. Maquiavel defendeu que um príncipe deve estar disposto a usar tanto a força quanto a astúcia política para alcançar seus objetivos e garantir a estabilidade e a segurança de seu governo. À medida que refletimos sobre as lições de Maquiavel, somos constantemente desafiados a encontrar um equilíbrio entre a força e a lei, reconhecendo a complexidade da natureza humana e buscando o bem comum. A aplicação dessas ideias requer liderança ética, responsabilidade e uma compreensão profunda dos desafios políticos enfrentados em nosso mundo em constante evolução.

Em última análise, o legado de Maquiavel nos lembra que a política é uma arte complexa, que exige tanto habilidades práticas quanto um senso de responsabilidade moral. Ao estudar suas obras e refletir sobre suas ideias, podemos obter insights valiosos que nos ajudam a compreender melhor a dinâmica do poder e a buscar formas mais justas e eficazes de governança. A jornada política é contínua e é com base nas lições do passado que podemos moldar um futuro mais promissor para nossas sociedades. Em suma, este estudo contribui para um diálogo mais amplo sobre a obra de Maquiavel, enfatizando a importância da interpretação contextualizada e da consideração das técnicas retóricas utilizadas pelo autor. Ao oferecer uma nova perspectiva, espera-se promover uma discussão mais aprofundada sobre a filosofia política de Maquiavel e suas implicações para a teoria e a prática contemporâneas.

4. REFERÊNCIAS

BENNER, Erica. *Machiavelli's Prince: A New Reading*. Cary, NC, USA: Oxford University Press, 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2001.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1999.

Arthur Silva Fachi

DUAS INTERPRETAÇÕES D'O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Santa Maria, como parte das
exigências para a obtenção do título de bacharel em
Filosofia.

Santa Maria, 07 de Dezembro de 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Fanton
Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Camila Palhares
Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dtda. Letícia da Silva Bello
Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria

2023